

ESCOLA: PARA QUE E PARA QUEM? - UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA LUKACSIANA

Valdice Barbosa da Silva¹
Caíque Lucas Pereira Irmão²
Edvânia Soares Silva³
Gisele Barbosa da Silva⁴

RESUMO

Desde muito cedo naturalizamos a existência de escolas porque esse é o modelo de ensino que é mais disseminado na sociedade a muito tempo, em consequência disso, não é raro que ao pensarmos em educação nossa mente faça uma ligação direta às instituições de ensino supracitadas, entretanto, nem todo processo educativo está condicionado a um ambiente específico e tão pouco necessita de uma estrutura física determinada com uma sistematização rígida de conteúdos, visto que a educação humana é perene e com características onipresentes, ou seja, ocorre de maneira contínua nas mais variadas situações e lugares, isso porque o ser humano é um ser que responde e é capaz de adquirir conhecimento até mesmo em suas experiências cotidianas. Nesse sentido, é oportuno indagar: tendo a educação esse caráter tão abrangente, qual a real necessidade de instituições de ensino e qual é a função atribuída a elas nos dias e atuais e em seu decurso histórico? É a fim de responder tal questão que esse artigo se desenvolverá, utilizando autores como Bezerra (2016), Engels (2010), Lukács (2018) e Ponce (2007) e para melhor fundamentar os argumentos aqui apresentados. O estudo foi guiado por uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo de obras dos referidos autores

Palavras-chave: Educação, Escola, Ideologia.

INTRODUÇÃO

Cada sociedade no decorrer do tempo exigiu um modelo de indivíduo tendo em vista as necessidades sociais que se apresentaram, e a educação é estruturada com base nesse modelo, porém sem nunca perder sua natureza, porque, como o próprio nome sugere esta é imutável. Todavia, é evidente que não se pode colocar num mesmo patamar, por exemplo, o processo educacional primitivo com o atual, visto que entre eles há um abismo de diferenças empregadas primordialmente no fazer educativo, pois no primeiro não havia “ensino” e a educação acontecia principalmente por meio da observação e imitação, enquanto que nas sociedades

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, valdicebarbosads@gmail.com;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, caiquelucasfla@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, vaniaedy.ssilva92@gmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, gbarbosadasilva8@gmail.com.

posteriores a educação passa a ser sistematizada, possuindo objetivos e metas bem traçados, bastante semelhante da maneira que conhecemos hoje.

Com o crescente desenvolvimento social decorrente do desenvolvimento econômico surgiu a necessidade de sistematizar os conhecimentos e o ensino, disso, pouco a pouco instituições educacionais passaram a ser formadas, inicialmente dedicadas às classes mais elevadas, sendo quase que desvinculada do trabalho dito como manual, passando a ser exclusividade daqueles que viriam a exercer um trabalho intelectual, e muito posteriormente aos enclausurados em vida religiosa – nesse caso os conhecimentos eram obtidos dentro das instituições religiosas, a exemplo dos mosteiros, no entanto já na idade média se popularizou as ditas escolas monásticas, que apesar do nome se localizavam fora dos muros dos mosteiros e suas atividades eram voltadas para a catequização das massas, não para o ensino propriamente dito.

Às camadas mais pobres da sociedade a educação chegou como forma de instrução para ofícios, dado ao crescimento exponencial da industrialização e das novas formas econômicas dela advindas. Cada vez mais o mercado de trabalho exigia mão de obra qualificada, cabendo à educação e as escolas fornecer tal “produto”. Isso porque toda a sociedade se impregna com a lógica do capital, fazendo com que mesmo instituições que aparentam servir ao povo, nada mais seja do que um instrumento de reprodução do padrão social vigente, como o Estado.

Nesse sentido, é importante ressaltar aqui que as escolas foram criadas de maneira a atender uma necessidade do Estado, que por sua vez foi criado para atender a uma necessidade surgida com a propriedade privada. Nesse sentido, essa pesquisa se objetiva em destacar a gênese ontológica que circunda tanto a educação quanto às escolas, de maneira a compreender as funções atribuídas a estes dois elementos da vida social, visto que o conhecimento de tais questões é imprescindível para entender a forma com a qual a educação é encarada nos dias atuais, e assim alcançar o entendimento dos limites e possibilidades presentes no campo educacional durante seu decurso histórico e no contexto hodierno. Para tal finalidade foram utilizados como aportes teóricos autores ligados à ontologia marxiana, por enxergar neles o substancial necessário para se compreender a categoria da totalidade vitais na discussão dos fenômenos que envolvem os objetos centrais deste trabalho: educação e escola.

METODOLOGIA

São muitos os que se satisfazem com argumentos e explicações baseadas apenas na superficialidade que é característica do campo fenomênico, é evidente que não se está menosprezando o fenômeno, visto que muito daquilo que é mostrado na aparência revela parte da essência, mas o que se quer dizer com isto é: para se entender algo em sua totalidade é necessário ir até sua essência, sua raiz, só assim a compreensão sobre algo poderá atingir um patamar mais concreto.

Tendo isso em mente, é conveniente afirmar que esta pesquisa se guiou pela ontologia marxiana, por ser enxergado nela o melhor caminho metodológico para alcançar os resultados desejados no desenvolvimento do tema, além de estar em consonância com a perspectiva lukacsiana, perspectiva esta que se faz fundamental para a compreensão de categorias como a educação escolar, sobre a qual este artigo se debruçará. Para a construção do artigo foi feita uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, a fim de buscar em obras já produzidas bases teóricas suficientes para sustentar os argumentos aqui apresentados.

DESENVOLVIMENTO

A curiosidade é capaz de mover o homem, ela o instiga a buscar respostas para aquilo que ele ainda não compreende, não seria absurdo afirmar que a curiosidade unida a necessidade foram os motores para grandes descobertas científicas, ela leva o homem a sair de sua zona de conforto e fazer questionamentos, mesmo que estes sejam inconvenientes em determinadas situações. Dito isto, pode-se afirmar que este artigo, surgiu primordialmente de indagações e inquietações referente ao tema aqui proposto, onde buscou-se em autores da área os componentes fulcrais para o desenvolvimento desta pesquisa.

O primeiro deles foi Ponce, onde em sua obra Educação e Luta de Classes faz uma análise densa do processo histórico da educação desde o período primitivo e da luta de classes instaurada a partir do surgimento da propriedade privada. Para tanto, o referido autor se baseia em momentos históricos que considera de maior relevância para o entendimento da totalidade educacional e da influência que esta tem sobre o contexto hodierno. Não se pretende aqui trazer uma réplica ou até mesmo resumo da obra, por isso serão citados pontos considerados chaves para o desenrolar deste artigo.

Um deles é o ponto de partida da referida obra: a educação no período primitivo. Neste período inicial, por ainda não haver a instauração da propriedade privada a humanidade vivia em torno da coletividade, tudo o que era produzido no interior das aldeias era de usufruto de todos e a educação também partilhava desse princípio coletivo, uma vez que também as crianças

eram responsabilidade de todos e a educação não possuía uma sistematização, a mesma acontecia de maneira integral a práxis social daqueles indivíduos, uma vez que “[...] *nas comunidades primitivas, o ensino era para a vida e por meio da vida*” (PONCE, 2007, p 19, grifo do autor).

É importante salientar que mesmo nas comunidades primitivas a educação não era espontânea, nenhum processo educativo, por mais rudimentar e sem sistematização que seja é livre de finalidades, visto que isso iria de encontro ao sentido de ser da educação, negando sua própria natureza que traz em si função e objetivo, ainda que esses não sejam completamente desvelados em dados momentos.

O surgimento das classes causou um declínio nos interesses coletivos, dando mais destaque aos interesses particulares, e assim a educação que acontecia de maneira coletiva passa a necessitar de instruções mais sistematizadas visando a adequação às novas exigências sociais, principalmente da classe que enxergou vantagem em explorar seus semelhantes, se utilizando do conhecimento para criar uma barreira entre o trabalho manual e intelectual e conservar sua posição de “superioridade”, referente à isso Ponce Destaca que:

Mas, se a aparição das classes sociais foi uma consequência inevitável da escassa produtividade do trabalho humano, também não é menos certo que os que se libertaram do trabalho manual aproveitaram a vantagem conseguida para defender a sua situação, *não divulgando os seus conhecimentos*, para prolongar a incompetência das massas, e ao mesmo tempo, assegurar a estabilidade dos grupos dirigentes. (PONCE. 2007. p 26, grifo do autor)

Fica evidente nesse trecho quanto poder tem o conhecimento e a educação, e como esse poder foi aproveitado por determinados grupos para subjugar outros, e durante toda sua obra Ponce faz essa ligação entre a luta de classes e a educação, evidenciando também a ligação intrínseca existente entre a segunda e o trabalho, visto que esse é a base para o desenvolvimento do ser social e portanto está em constante relação dialética com todos os outros complexos sociais.

Outro autor que direciona esta pesquisa é Lukács, o mesmo em sua obra *Para a Ontologia do Ser Social* traça uma análise densa sobre o Ser Social desde sua gênese e de outras categorias que o compõem, entendendo que para compreender verdadeiramente elementos específicos da sociedade não se pode apartá-los da totalidade social, à exemplo da educação, pois, mesmo tal categoria não sendo foco de análise da referida obra, as contribuições dadas pelo autor a tal tema são fulcrais para compreensão de sua natureza e função social exercida, além de que são

apresentados outros elementos que fazem parte do complexo educacional que, porém, são pouco observados, como o caso da ideologia, onde Lukács traz uma perspectiva de tal categoria diversa da que é comumente disseminada, na qual à mesma é conferida apenas o status de falseamento de consciência, negando sua gênese de complexo social, surgido por intermédio de uma necessidade social apresentada.

Além de Ponce (2007) - que já foi citado - e da Perspectiva Lukacsiana que orienta todo esse trabalho, foram utilizados também as reflexões sobre Estado trazidas por Nogueira (2017), Bezerra (2016) e Engels (2010) visto que seria impossível discutir sobre os objetivos e função da educação escolar sem evidenciar a quem ela serve diretamente, nesse caso o Estado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação percorre por toda a história da humanidade, pois, a mesma possui grande importância no processo de reprodução social e material, desde os períodos primitivos no sentido de que é por meio dela que costumes, crenças e valores de um povo são passados às gerações seguintes, bem como os conhecimentos adquiridos empiricamente e vitais para a sobrevivência do homem primitivo, como técnicas de caça, construção de ferramentas e etc. A educação se configura como um campo de estudo bastante vasto, isso ocorre, em parte, por ela estar em constante processo de mudança, além de ter fundamental importância no decorrer de toda a vida do ser humano. Entretanto, reconhecer sua importância não torna sua compreensão simples e imediata, visto que no campo educacional ainda existem incoerências bastante significativas, principalmente no que tange sua essência e função social.

A Ontologia Lukacsiana revela que a educação, em sua gênese possui a função de influenciar os indivíduos a agirem de maneira socialmente adequada, ou seja, ela é responsável por fazer a ligação entre tudo o que é produzido no âmbito social - como costumes, normas, conhecimentos - e os sujeitos. Logo, ela é um elemento importante no desenvolvimento do ser social. Para compreender melhor essa afirmação é preciso entender antes o que de fato é o ser social. Novamente em Lukács, encontramos base suficiente para tal coisa.

O referido autor, assim como Marx, caracteriza o trabalho como categoria fundante do Ser Social, dito de outro modo, aponta que o trabalho, em seu sentido ontológico, foi responsável por ser o trampolim que possibilitou o homem elevar-se de sua condição pré-humana à humana, desenvolvendo assim, o Ser Social.

Porém, este Ser é demasiadamente complexo regido por diversos elementos que o compõem, denominados Complexos Sociais. Estes complexos são responsáveis por possibilitar

a reprodução social, visto que com a salto ontológico a simples reprodução de fatores orgânicos se torna insuficiente para garantir a continuidade da existência humana, uma vez que formações tipicamente sociais também necessitam ser reproduzidas, a exemplo dos costumes e dos conhecimentos que só podem ser apreendidos dentro da práxis social e não somente por intermédio do desenvolvimento biológico. Neste ponto volta-se à educação, visto que ela se constitui como um dos principais complexos ligados à reprodução social.

Já foi demonstrado aqui que a educação é um elemento indelével da vida humana, ou seja, ela já existia em sua forma ontológica muito antes que surgisse a necessidade de escolas, acontecendo prioritariamente, por meio da observação e imitação, sem uma real sistematização de conteúdos, ou, até mesmo ensino. Entretanto é preciso deixar claro que todo fazer educativo parte de uma finalidade, a educação, mesmo nos primórdios da humanidade e sem sistematização alguma não pode ser encarada como um ato espontâneo, pois a natureza da mesma consiste em imprimir nos indivíduos valores e normas do grupo a qual pertencem, bem como garantir a reprodução social e material da sociabilidade vigente.

A institucionalização da educação só passou a acontecer de fato após a própria sociedade ser institucionalizada, ou seja com a implantação do Estado, mesmo que no fim do período primitivo e na fase de transição para a Antiguidade já houvessem relatos de uma educação um tanto organizada, visando a restrição de membros da tribo à determinados conhecimentos, as escolas ainda não eram uma necessidade.

Porém, a crescente divisão da sociedade em classes e a instituição da propriedade privada causaram uma profunda mudança no âmbito social, fazendo surgir a necessidade de um órgão regulador dos conflitos que inevitavelmente foram despontando, porém, muito mais do que atender à demanda social, tal órgão tem sua função ligada à atender as demandas da classe dominante. Com relação a isso, Bezerra (2016) deixa claro ao tratar das sociedades escravistas:

Com a escravidão, o que se demandou do Estado? Certamente o Estado foi necessário para administrar os conflitos que na sua atualidade histórica se configuravam como sendo insolúveis por natureza; no entanto, precisavam ser regulados para garantir o domínio de uma determinada classe (leia-se: senhores de escravos) sobre a sociedade. À medida que o ser social vai se sociabilizando sempre em nível crescente, surge um estrato particular de pessoas ligado às atividades burocrático-administrativas que formam o Estado. Nas sociedades escravistas, a tais pessoas foi-lhes dado, além da cobrança de impostos, o mandato social de impor cotidianamente a violência pelo uso da força. Não esqueçamos que os interesses vitais imediatos produzidos naquelas sociedades eram reguláveis apenas pelo emprego da violência. (BEZERRA, 2010, p 42)

Essa versão de Estado, voltado a servir aos interesses de determinado estrato social é bem distante da visão que tinha um dos primeiros estudiosos do tema: Aristóteles. No pensamento aristotélico o Estado seria necessário para garantir o bem comum, tal pensamento não pode ser analisado sem compreender que o mesmo está atrelado ao contexto histórico e social da época, onde até mesmo a ideia de “bem comum” era difusa da que se tem agora. Porém, essa é a ideia mais disseminada sobre tal questão até hoje, onde muitos acreditam fielmente que o Estado está empenhado em garantir o bem comum e lidar com os conflitos existentes no meio social. Contudo, é preciso ter clareza de que o Estado jamais será capaz de extinguir os conflitos sociais, uma vez que estes dão base à sua existência.

Coisa semelhante pode ser dito da educação escolar, uma vez que as escolas servem diretamente ao Estado, e isso gera a incompatibilidade em ofertar uma educação emancipadora, principalmente à classe trabalhadora, uma vez que isso causaria seu próprio declínio, pois, ao se apropriar da educação o Estado a utiliza como um poderoso instrumento para a manutenção do modelo social vigente. Ponce (2007) deixa clara essa forte ligação entre Estado e Educação ao descrever a sociedade Espartana, onde até os 7 anos de idade as crianças ficavam em seu meio familiar, mas, após esse período o Estado tomava sua custódia para os iniciar na vida militar, isso porque tanto o Estado quanto a educação possuíam a finalidade de “*Assegurar a superioridade militar*” (grifo do autor), e essa “superioridade militar” garantia que eles fossem sempre “*capazes de mandar e de fazer-se obedecer*” (ibidem, p 41, grifo do autor)

Quando o mesmo autor trata da Educação do Homem Burguês, mais uma vez a relação supracitada fica evidente, pois, nesse período a diferença na educação oferecida às distintas classes era gritante, uma vez que aos mais abastados era feita de maneira mais completa, visando a posição social de dominação que estes tomariam, enquanto que aos desfavorecidos era uma simples instrução para o ofício explorado que estes teriam.

Todavia, não é necessário ir tão longe ao passado para se enxergar esta relação, já que as recentes intervenções estatais no ensino brasileiro demonstram bem suas intenções, pois ao passo em que se sucateia o ensino superior público, dificultando assim o ingresso das classes mais populares a tais instituições, se fala em “investir” num ensino médio-técnico, visando a criação de um exército ainda maior de mão de obra barata sem ao menos garantir emprego e meios de subsistência a esses. Ou seja, se vive um momento em que mesmo a educação permanecendo atrelada ao trabalho o que mais se observa é que muitos saem das escolas rumo ao desemprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a importância da educação no desenvolvimento social desde sua gênese. Até aqui foram apresentados diversos argumentos referente à isso, e exatamente por isso é necessário que haja aprofundamento nos estudos e pesquisas direcionados ao tema, visto que a educação faz parte de toda a dinâmica social e se relaciona dialeticamente com ela. Além do que o caráter de teleologia secundária (de agir sobre a subjetividade humana) da educação a torna uma ferramenta de desejo para aqueles que ocupam as classes dominantes, uma vez que ela pode ser utilizada como instrumento de alienação das massas e reforça a manutenção do status quo. Exatamente por isso o Estado tão bem se serve da educação escolar para assim disseminar e interiorizar nos indivíduos a ideologia dominante, buscando intervir diretamente até mesmo nas posições sociais que os sujeitos terão dentro da sociedade.

Porém é preciso ter clareza que a educação pode sim ter um caráter emancipador, porém é necessário ter ciência que dentro dos limites impostos pelo Estado esse caráter não pode ser alcançado integralmente, uma vez que é impossível para o Estado promover uma educação que levaria a sua própria ruína, Visto que ele historicamente serviu apenas aos interesses da classe dominante, como salienta Engels (2010):

Prova inequívoca disso é que, resguardados os traços que o particulariza, “o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes” e, como problematizarão detalhadamente os próximos capítulos, “o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado” (ENGELS, 2010, p. 216).

Logo, é imprescindível para todos, e principalmente para aqueles que estão inseridos diretamente no contexto educacional escolar (à exemplo dos professores) ter conhecimento das questões político-ideológicas que circundam a educação, para que assim, ao se apropriar disso se possa agir da melhor maneira possível, proporcionando o máximo daquilo que a educação pode oferecer dentro dos limites supracitados, e assim almejar uma sociedade na qual esses limites possam ser ainda mais reduzidos ou quiçá transpostos, onde a educação se configure como uma aliada fiel da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

BIZERRA, Fernando de Araújo. **Estado e capital : uma coexistência necessária**. Maceió : Coletivo Veredas, 2016.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.**

São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, Georg. **Para a Ontologia do Ser Social.** Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2007.